



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS  
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**

PROJETO DE PESQUISA

ALINE LIMA DA SILVEIRA LAGE

PROFESSORES SURDOS DO ENSINO PROFISSIONAL DO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RIO DE JANEIRO  
MARÇO/2019

## SUMÁRIO

Resumo .....	03
1. Introdução: tema, problema e objetivos do estudo .....	03
2. Contexto do estudo .....	04
3. Justificativa .....	11
4. Referências teóricas .....	14
5. Procedimentos metodológicos .....	18
5.1 Descrição do tipo de pesquisa .....	19
5.2 Características da população/amostra, número de sujeitos da pesquisa no local e global .....	20
5.3 Critérios de inclusão e exclusão .....	20
5.4 Descrição detalhada dos procedimentos .....	21
5.5 Recursos necessários ao desenvolvimento da pesquisa .....	22
5.6 Descrição de critérios para suspender ou cancelar a pesquisa .....	22
5.7 Plano de trabalho da pesquisa .....	22
5.7.1 Plano de trabalho de aluno orientando 1 .....	23
5.7.2 Plano de trabalho de aluno orientando 2 .....	23
6. Análise crítica dos benefícios da pesquisa .....	24
7. Propriedade das informações .....	24
Referências bibliográficas .....	24

## RESUMO

Este projeto pretende levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Os objetivos específicos são: identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES; localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional do INES; buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do INES; identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores; revisar sistematicamente a literatura sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional. Na pesquisa documental e bibliográfica, delimitada como estudo de caso qualitativo utilizaremos pesquisa bibliográfica e documental para produção e análise dos dados. Tal proposta é relevante devido aos aspectos históricos, culturais, educacionais envolvidos e porque pretende ampliar os conhecimentos acerca do tema.

**Palavras-chave:** Professores surdos; Ensino profissional; INES; Oficinas profissionalizantes.

## 1. INTRODUÇÃO: TEMA, PROBLEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

No período de 2016 a 2018, realizamos a pesquisa *A inserção dos professores surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos*. A mesma foi provocada pelo ingresso expressivo de professores surdos no INES por meio do Concurso Público n.º 09/2012. Entretanto, não se tratavam dos primeiros professores surdos do Instituto e desta forma, incluímos como sujeitos da pesquisa professores surdos do quadro de servidores aposentados. Esperávamos modestos resultados deste perfil entre os participantes, mas constatamos a importância de sublinhar que houve surdos em condição de docência muito antes do referido concurso. Entrevistamos dois professores surdos das Oficinas Profissionalizantes aposentados, realizamos levantamento documental e bibliográfico, incluindo os acervos pessoais dos mesmos, os quais constituem resultados relevantes na tese *Professores surdos na Casa dos Surdos: “Demorou muito, mas voltaram”*, defendida pela pesquisadora proponente, em fevereiro de 2019.

Diante dos resultados obtidos e da necessidade de focar os resultados relativos aos demais participantes da pesquisa – professores de Libras e alunos do Colégio de

Aplicação e do DESU -, não foi possível avançar nas ações para conhecer melhor a atuação dos professores surdos das Oficinas Profissionalizantes do INES.

Considerando que há carência de estudos sobre o ensino profissional (Gariglio & Burnier, 2014), agravada pela falta de maiores estudos sobre a atuação dos professores surdos no INES que ensinavam nas Oficinas, indagamos: Há dados sobre o ensino profissional oferecido no Instituto, nos diferentes tempos? Havia alguma ligação entre o ensino profissional do Instituto com o que estava sendo oferecido e debatido nas outras instituições de formação? Houve trocas de conhecimento? Que tipo de socialização esteve reservada aos professores surdos das oficinas? Que saberes institucionais lhes foram garantidos? Há documentos que registrem sua atuação?

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto de surdos brasileiro.

Os objetivos específicos são:

- Identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES;
- Localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional do INES;
- Buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do INES;
- Identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores;
- Revisar sistematicamente a literatura sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional.

## **2. CONTEXTO DO ESTUDO**

Strobel (2008) cita Lane, em publicação de 1992 para afirmar que, no século XIX, quase metade dos professores de surdos eram surdos. Depois do Congresso de Milão, diminuiu acentuadamente a atuação de professores surdos na educação dos seus pares. Eram cerca de 50%, em 1850. Diminuiu para 25% na virada do século, atingindo 12% em 1960 (Sacks, 1998).

Campello (2008), militante e pesquisadora surda, cita Truffaut, de 1993, para marcar os *rastros* de Etienne de Fay, a quem o autor considerou o primeiro professor a

usar língua de sinais na instrução” (p.52). Seria o “Velho Homem Surdo Mudo”, nascido em 1669, educado na Abadia de Amiens e tendo vivido mais de 70 anos. “Ele se comunicava muito bem com sinais e educava de modo rígido aos estudantes Surdos, usando sinais e escrita. Também foi bibliotecário, escultor e procurador (Truffaut, 1993, p. 13 apud Campello, 2008, p.52-53). Ferdinand Berthier (1840) rememorou Manuel Ramirez de Carrion, que nasceu em 1579.

Quantos outros surdos, antes ou coetâneos a ambos professores acima citados, não poderiam ter dedicado seus esforços para educar surdos? Quem sabe outros *raistros* serão encontrados? Fato é que no Brasil estivemos muito atrasados nessa tendência, apesar de sermos um país muito jovem e colonizado.

No nosso Instituto, foi aprovada, porém não realizada a formação de professores de surdos. Laguna (2015) e Freitas (2016) apresentam a proposta do Diretor Tobias Leite neste sentido. Ribeiro (1942) informou acerca do projeto de Curso Normal aprovado pelo DASP e elaborado na gestão de Armando Lacerda. Distinguimos tais propostas da formação dos professores das Oficinas Profissionalizantes, provocada pela convivência, sem formação teórica mesmo quando houve a oferta de curso de formação de professores, nos anos 1950 a partir da gestão de Ana Rímoli.

No caso de Ferdinand Berthier, sabemos que Auguste Bébian, um de seus professores, aceitou aprender a língua dos surdos, avaliava que deveria haver professores surdos no Instituto de Surdos-Mudos de Paris. Por isso, ele foi titulado professor em 1829, e não conseguiu convencer o governo da época sobre a importância de formar outros professores para educar os surdos franceses (Quartararo, 2002).

Rocha (2009) afirma que no INES “ter seus ex-alunos atuando como professores” (p.43) era uma prática comum em semelhança à educação de surdos na França, durante certo período (Quartararo, 2002; Stinckwich, 2006; Oviedo, 2007; Durr & Durr, 2012). Os resultados nos conduzem à apreciação ponderada desta assertiva. Caso queiramos afirmar que exercer função docente é ser educador, bem inspirados na perspectiva freireana, então, trata-se de afirmação política. Se nos mantivermos na caracterização da ocupação e do reconhecimento formal, com a devida retribuição financeira<sup>1</sup>, o que

---

<sup>1</sup> O Diretor Tobias Leite, em *Notícia do Instituto dos Surdos do Rio de Janeiro* (1877) publicou o Regulamento de 1873 e o Regimento Interno no qual informa os vencimentos dos servidores na moeda da época, Mil Réis: Professor de Linguagem Escrita, 3:000\$000 (Ordenado de 2:000\$000 e Gratificação 1:000\$000); Professor de Linguagem Articulada, 2:400\$000 (Ordenado de 1:600\$000 e Gratificação

podemos anunciar é que, no início do Instituto, não atuavam como professores, eram repetidores segundo o método de formação à época preconizada.

Em períodos nos quais a gestão do Instituto deixou de considerar a língua de sinais como estratégia de formação, de forma velada, furtiva, recorreu-se a mesma para possibilitar ao menos a instrução profissional e disciplinamento, considerando a atuação dos inspetores surdos. Com as Oficinas Profissionalizantes, profissionais surdos - a maioria ex-aluno - começaram a ser alocados como mestres, sendo responsáveis diretos pelo ensino. Quando a língua de sinais deixou de ser furtiva, houve a atuação de monitores, assistentes educacionais e instrutores na língua. Não eram funções com habilitação, mesmo sendo relevantes para formar os alunos e suprir a pouca fluência ou nenhum conhecimento de língua de sinais de boa parte do corpo docente do quadro de funcionários.

No início da pesquisa para a tese, *A inserção dos professores surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos*, adotamos o termo *professores surdos aposentados* para afirmar a atuação dos responsáveis pela instrução profissional nas oficinas, independente de formação institucionalizada. Deduzíamos que uma estruturação no quadro de servidores federais motivada pelo Estado teria concedido o cargo aos surdos. Nos surpreendemos quando descobrimos que o cargo - apesar de iniciado no âmbito da indicação da gestão, aliado à aceitação da disciplina interna - foi fruto de uma luta dos trabalhadores das autarquias e das instituições públicas. Ainda mais, que houve o reconhecimento da expertise desses professores, tendo eles conquistado o título de Professor Especializado.

A ideia de oferecer educação para surdos no Brasil, no que temos registrado e identificado até o momento, iniciou-se em 1835<sup>2</sup>. Todavia, vinte e um anos depois, um professor surdo e francês foi exitoso ao convencer o governo a abrir a primeira escola no país. Com exceção de Huet, o fundador do INES, e de Antônio Pitanga, professor de Desenho e Trabalhos Manuais, ocupando cargo como professores, notamos, até *agora*, que os surdos só atuaram nas Oficinas Profissionalizantes, sendo um registro inicial

---

800\$000); Repetidor, 1:200\$000 (Ordenado de 800\$000 e Gratificação 400\$000). Informou igualmente os vencimentos do Professor de Matemática, Desenho, Médico, Escriturário e Mestre de Gymnastica.

<sup>2</sup> Na Sessão de 29 de agosto de 1835 da Assembleia Geral Legislativa (Brasil, 1835, p.216), houve o que pode ser a primeira demonstração oficial de interesse pela educação de pessoas consideradas deficientes (Gil, 2012; Cunha Junior, 2015). O Deputado Cornélio Ferreira França apresentou o projeto para criação de escolas para cegos e “surdos-mudos” na capital e nas províncias.

Joaquim do Maranhão, em 1871 (Rocha, 2009). Presumimos que a falta de atenção à formação deles tem relação com uma tendência de desprezo pela Educação Profissional.

Gariglio & Burnier (2014) pesquisaram saberes e práticas dos professores da Educação Profissional e permitem entendê-los sob a Epistemologia da Prática Profissional e a história deste campo.

A primeira remete aos estudos sobre o saber docente, impulsionados nos anos de 1980. Naquela época, Monteiro (2001) afiança, autores dos EUA denunciavam a inexistência de pesquisas sobre o processo pelo qual o conhecimento do professor se torna conteúdo para a instrução dos alunos. Estudos ancorados numa racionalidade técnica, buscavam a eficácia docente por meio do controle da sua prática pelo cientista. Tal visão era questionada porque negava: a subjetividade do professor; o fato dele criar conhecimentos tácitos e pessoais e não sistemáticos, provenientes do exercício da sua atividade; os estudos culturais e sociológicos sobre currículo como criação simbólica e cultural; os debates que interrogam o próprio conhecimento científico. Até as pedagogias declaradas libertadoras teriam questionado os saberes dominantes e valorizado os saberes populares, arriscando restringir a formação escolar desse grupo ao senso comum. No nosso caso, agrave-se o fato que os professores surdos são pessoas cuja capacidade simbólica de sua língua era ignorada.

Na Epistemologia da Prática a profissionalização docente foi defendida como um contraponto aos estudos que avaliavam que os problemas educacionais se deviam à baixa qualificação ou competência dos professores. Então, não bastaria observar os saberes institucionais advindos da formação, doutrinas ou teorias, pois esses saberes são plurais e envolvem a socialização profissional (Monteiro, 2001). Que tipo de socialização esteve reservada aos professores surdos das oficinas? Que saberes institucionais lhes foram garantidos?

Schön estudou o saber dos professores como conhecimento conectado e específico à ação e sobre o qual o sujeito não encontra descrição; conhecimento "do tipo que leva a pessoa a agir sem saber como age, em concepção oposta à da racionalidade técnica" (Monteiro, 2001, p.133). O mesmo autor criou a categoria Professor Reflexivo que aponta para os diferentes momentos em que esse profissional pensa acerca da sua ação. Ao analisar e interpretar a sua realidade em ato, o professor faz uma Reflexão-na-ação. Na Reflexão-sobre-a-ação o professor nota retrospectivamente o que realizou. A produção

de conhecimento, numa maneira pessoal de conhecer, ocorre quando o professor empreende uma Reflexão sobre a Reflexão-na-ação; o conhecimento emerge dessa prática refletida, invenção de novos saberes, quando as soluções são construídas através dos problemas cotidianos. Os relatos de Sebastião e Lília, os relatórios de José Vicente para a pesquisa *A inserção dos professores surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos* denotam aspectos descritos por Schön, entretanto carecemos de outros indícios nos quais possamos ter acesso a esse conhecimento produzido pelos professores das oficinas.

Shulman (2014), mostra-nos que a carência acima descrita não está restrita à docência exercida por surdos e não surdos no Instituto, pois afiança que a sabedoria da prática foi a categoria menos estudada e codificada na Educação. No âmbito da Educação de Surdos esse debate também interessa quando o autor alerta que a amnésia individual e coletiva a respeito desse conhecimento provoca a perda das melhores criações dos educadores "por seus pares contemporâneos e futuros" (p.212). Assim sendo, o ensino é conduzido sem que os pares tenham oportunidade de presenciar, partilhar; não fazemos uma história da prática. E essa elaboração fortaleceria a produção constante da identidade profissional.

Lilia Lobo, em entrevista para a pesquisa, rememorou que a troca com os professores mais experientes não era estimulada, menos ainda com os colegas das Oficinas Profissionalizantes. Por outro lado, Freitas (2016) avaliou que a programação curricular do Curso Normal do Instituto, oferecida no mesmo período em Sebastião Orlandi e José Vicente atuavam, consubstanciou "o programa institucional por meio da socialização e interação dos agentes escolares" (p.89), da mesma forma o Curso de Especialização de Professores no Ensino dos Deficientes Auditivos (1981-1985), que formaram os futuros professores concursados.

Diante dessas referências continuamos a indagar sobre uma situação de isolamento desses professores surdos, em relação aos demais colegas. O mesmo aconteceu ao considerarmos a memória dos alunos e professores do quadro ativo, a ponto de termos descrito os professores surdos da Oficinas Profissionalizantes do INES como professores furtivos. Temos reforçada a hipótese de que tal invisibilidade também se deve à área na qual lecionavam, a Educação Profissional.

No Brasil, o Ensino Profissional iniciou após a vinda da Família Real Portuguesa. As tarefas que exigiam emprego de força muscular eram executadas por pessoas escravizadas e nas oficinas, nas quais os mestres de ofício eram, na maioria europeus, os aprendizes pouco hábeis poderiam enfrentar mesmo castigos corporais. Foram implementadas Casas de Educandos Artífices em dez províncias, entre 1840 e 1865. Tais “instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs (...); tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação a ofícios” (Escott & Moraes, 2012, p. 1494 apud Vieira & Souza Junior, 2016, p.155). Os autores retratam as mesmas oficinas descritas pelo Diretor Tobias Leite e inferem que a oferta de ensino profissional começou revestida de uma perspectiva assistencialista, para amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias. Perfil aderente aos surdos do Instituto.

Além de iniciativas para formar artífices e profissionais, houve investimentos para formar professores para esse segmento educacional. Seria relevante encontrar indícios que verifiquem se houve intercâmbios entre o Ensino profissional oferecido no Instituto com instituições como a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, fundada em 1917 e fechada em 1937 (Machado, 2008). A autora levantou que essa escola, teve 5.301 matriculados, habilitando somente 381 professores (309 mulheres), em sua grande maioria para atividades de trabalhos manuais em escolas primárias. Num número inferior chegou a formar professores, mestres e contramestres para escolas profissionais.

Em 1942, foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Art. 53), sem resultados práticos. Porém, em 1947 houve o primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Industrial, no Rio de Janeiro, que durou “um ano e três meses, iniciativa da Comissão Brasileiro-Americana do Ensino Industrial – CBAI, uma inspiração da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)” (p.11). O Art. 59 da LDB nº 4.024/1961, regulamentado em 1967 e 1968, estabeleceu que os professores formados em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, atuariam no Ensino Médio e que os formados nos Cursos Especiais de Educação Técnica habilitados para disciplinas do Ensino Técnico. Antes desta regulamentação, o MEC, em 1961, publicou a Portaria Ministerial nº 141/1961, estabelecendo normas para registrar Professores do Ensino Industrial e o Conselho Federal de Educação emitiu parecer (parecer CFE nº 257/1963) aprovando “o curso especial de educação técnica em cultura

feminina, destinado a formar o magistério de economia doméstica e trabalhos manuais” (p.11).

Gariglio & Burnier (2014) asseguram que na área do Ensino Técnico considera-se que “para ser professor, o mais importante é ser profissional da área relacionada à(s) disciplina(s) que se vai lecionar. O professor do ensino técnico não é concebido como um profissional da área da Educação” (p.940), mas visto como um profissional de outra área na qual lecionar é uma das suas atividades. Citam Oliveira (2005) que afirma haver uma política de não formação quando se tratava deste segmento instrucional, ou quando muito, “como algo especial, emergencial, sem integralidade própria e viabilizando propostas de formação aligeirada e superficial, que carece de marco regulatório” (Gariglio & Burnier, 2014, p.940). Parece-nos, pois que os professores do INES estavam recebendo tratamento semelhante aos colegas do segmento; o contexto do INES corrobora com a avaliação de que há carência de estudos sobre o tema<sup>3</sup> (Gariglio & Burnier, 2014).

Os relatórios do Professor José Vicente da Oficina de Encadernação, apresentados na pesquisa *A inserção dos professores surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos.*, ainda que sintéticos, evidenciam atuação docente na qual não estava restrito à instrução na técnica. Percebemos sua atenção ao desenvolvimento dos alunos em outros aspectos. Concordamos com a Professora Lília Lobo, também entrevistada, quando nos assinala que o duplo desenvolvimento professor-aluno era realizado a partir do interesse do professor em aprender e de estar atento à sua intuição no contato com os alunos. Tal potencialidade poderia ter sido aumentada se houvesse um trabalho integrado entre todos os docentes, mas como a professora ainda enfatizou, a aproximação não era recomendada.

Portanto, notamos que os professores das Oficinas Profissionalizantes, participantes da pesquisa *A inserção dos professores surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos*, não estavam ocupados apenas em ensinar um ofício. Do mesmo modo, o conhecimento que produziram com os alunos pode estar perdido em definitivo se não encontrarmos outros *rastros*. Os “ses” aqui utilizados apontam mais para o que virá do

---

<sup>3</sup>Os autores descrevem um levantamento inicial da produção acadêmica na área, após 1996. A questão não constou nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (1996 a 2001), Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino, de 1996 e 1998. Há duas dissertações (Alves, 2001; Ferreira, 2001) e um livro (Peterossi, 1994), de 1994 a 2003. Sobre a formação continuada do professor, Araújo (2004) levantou diversas fontes entre 1996 e 2004 e identificou apenas um trabalho em 395 estudos.

que sobre o que já aconteceu; almejam consolidar o que refletimos sobre o realizado *agora*, observando o que foi ontem.

Pode haver quem questione a forma de ingresso dos professores surdos, hoje aposentados, na carreira no Instituto, sem concurso, indicados pela gestão, sem formação. Ideal seria o ingresso por concurso público, impessoal. Eles seguiram uma prática que era comum à época.

Quando o concurso público para cargo efetivo foi implementado, não percebemos sinais incontestes da continuidade de ingresso de surdos como trabalhadores. É necessário verificar, todavia se há indícios de que a admissão acontecia nas funções terceirizadas, como inspetores de alunos, instrutores de Libras

Nas narrativas dos professores surdos e dos alunos, foi confirmado o impacto da presença de pares durante a formação. Colaborou com o processo de construção de sentidos e provocou desenvolvimento de potencialidades de todos os envolvidos. Processos que não cessa, com o avanço da idade cronológica e ganham outros contornos quando consideramos o ensino superior.

### 3. JUSTIFICATIVA

Os surdos, sem adequada orientação e diante de comunicação ineficiente no Instituto, estavam mais vulneráveis ao clientelismo e ao controle dos gestores quando selecionados para atuar como professores nas oficinas. Rocha (2009) afirma que nos anos 1950 houve o maior número de contratações de professores surdos. Porém, eram contratações frágeis, com base na Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro e no máximo na Verba 3<sup>4</sup>. Paradoxalmente, por meio desse revés, esses adultos surdos influenciaram a formação das novas gerações, desenvolveram expressões das culturas surdas, dentre as quais destacamos a língua de sinais. Disseminaram também sua língua

---

<sup>4</sup> Elucidada na Lei n.º 1.765/1952 que concedeu abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, relacionada com pagamento de serviços e encargos que não integravam o quadro efetivo. A retribuição desse pessoal era “estabelecida de acordo com o salário mínimo da região e o valor atribuído, no mercado de trabalho local, ao tipo de atividade a ser desempenhada” (Art. 15). No caso de recursos orçamentários insuficientes para o pagamento, seria autorizado crédito especial (§ 1º). Abarcava diferentes perfis porque a lei afirma que “admitido ou nomeado para qualquer das categorias de servidor público da União, contará, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço efetivamente prestado naquela qualidade” (§ 2º). O pessoal pago pela Verba 3 ficava sujeito ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, para efeito de férias e repouso semanal remunerado (Art. 16). O pessoal que ocupava funções permanentes e pago pela Verba 3 ou pela Verba de obras, teria direito ao abono de emergência, ao salário-família e ao repouso semanal remunerado.

entre os colegas servidores e funcionários que não eram surdos e reconheceram sua relevância.

Esta proposta de pesquisa estará vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Surdez (GEPeSS) coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celeste Azulay Kelman do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Consideramos esta pesquisa relevante devido aos aspectos históricos, culturais, educacionais que a mesma pretende abordar.

Do ponto de vista histórico é importante realizar esta pesquisa aqui proposta porque pretendemos analisar como objeto de pesquisa professores surdos que atuaram nas Oficinas Profissionalizantes. Fenômeno que parece pouco estudado no campo e diretamente relacionado com os princípios e causas defendidas pelo movimento social das pessoas surdas. Há uma relação direta entre nosso objeto de estudo e o pleito dos surdos como se pode notar no trecho abaixo:

Nós, surdos, que sabemos o que é melhor para nós, da forma como precisamos ser educados, da forma como precisamos aprender, que é pela instrução direta em nossa língua de sinais, língua soberana da comunidade surda, que ajuda na formação da “Identidade Linguística da Comunidade Surda”, como garante e expressa a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009). (Campello & Rezende, 2014, p.78)

A presença de professores surdos das Oficinas Profissionalizantes no INES, a despeito das propostas de formação implementadas às épocas, oportunizou instrução na língua dos surdos e a instauração de processos de identificação entre surdos, alunos e mestres. Acreditamos que, ao buscar mais informações sobre a atuação dos professores das oficinas surdos poderemos auxiliar a comunidade acadêmica do Instituto, bem como ao público ao qual se dirige, a fortalecer seus argumentos quanto aos direitos das pessoas surdas.

No tocante ao aspecto cultural que justifica nossa proposta, acreditamos que os professores surdos das Oficinas Profissionalizantes criaram espaços nos quais as formas de fazer e saber pedagógicos incluíram os saberes construídos pelo modo como os surdos percebem o mundo, sua corporeidade. Contrariando a tendência das propostas de formação para os surdos, estabelecidas ao longo da história do Brasil. Estas têm sido duramente criticadas pelos movimentos surdos e pelos pesquisadores da área porque avaliam que tais propostas carregam apenas uma perspectiva parcial vinda de pessoas ouvintes

Em termos educacionais, este projeto pretende auxiliar na formação de estudantes da graduação do INES no que tange às atividades de pesquisa. Consideramos que o aluno terá a oportunidade de ser iniciado na investigação científica, compreendendo a elaboração, organização e levantamento dos dados iniciais de um objeto relevante para uma possível futura atuação no meio.

A maioria dos professores surdos, aposentados e ativos, participantes da pesquisa *A inserção dos professores surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos* descreveram motivações diferentes quando optaram pela carreira docente. Entre os aposentados, percebemos que as atividades de ensino possibilitaram prolongar a permanência no Instituto, a vivência entre os pares e a estabilização profissional. Em decorrência, a presença dos surdos como professores, admitidos como tais por conquista dos servidores públicos<sup>5</sup>, estabeleceu a presença tácita e não oficial da língua de sinais na instrução de surdos, fortalecendo seu desenvolvimento e difusão.

Tanto nos anos 1950, quanto a partir de 1990, a formação dos surdos para exercer cargos de docência tem sido um processo difícil. Aos professores das Oficinas Profissionalizantes aposentados não foi oferecida nenhuma instrução de cunho didático-pedagógico. Não encontramos indícios de formação em serviço. Os professores eram surdos e trabalhavam no ensino profissional. Compreendemos que eram duplamente desprestigiados, devido a singularidade e ao segmento de ensino. Os relatórios do Professor José Vicente demonstram que isso não o impediu de desenvolver um olhar atento à formação dos alunos. O relato do Professor Sebastião Orlandi confirma a dificuldade de ampliar sua formação e ter mais autonomia para planejar e executar suas atividades como docente.

Os professores aposentados entrevistados para a pesquisa de tese não costumam ser narrados como professores, nem são conhecidas suas expertises no Ensino Profissionalizante e na Educação de Surdos; portanto, a comunidade científica em geral, os pesquisadores surdos e os interessados nos temas, desconhecem-nos.

Considerando que os movimentos sociais dos grupos subalternizados, ou de minoria, têm na tradição transmitida entre as gerações uma estratégia de organização, o

---

<sup>5</sup> No Decreto n.º 69.034/1971 o Presidente Médici, incluiu, a partir de 5 de março de 1970, em cargo de Professor do Ensino Especializado, Nível 19, os professores lotados nos institutos de cegos e surdos e no Serviço Nacional de Doenças Mentais. O Brasil seguia a tendência dos demais institutos especializados do mundo. Como não havia ainda habilitação, quem trabalhava nessas instituições conseguiu a mudança, significativa; reconhecimento pelos trabalhos já realizados.

que constatamos é que foi impedida a valorização das conquistas das gerações mais antigas. Considerando a gestão pública em educação e a formação de professores de surdos. Afirmamos que perdemos oportunidades para avaliar e comparar estratégias de ensino e aprendizagem de surdos no âmbito da História da Educação Brasileira.

Para reconhecer a produção científica acerca da atuação de surdos como professores no ensino profissional, realizamos um levantamento preliminar que confirmou a necessidade de incrementar investigações.

Em março de 2019, procuramos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) o descritor *ensino profissional* e localizamos 12.818 resultados. Acrescentamos à busca o termo *surdos*, o que resultou em 145 ocorrências. Ao mudarmos o descritor para *professor surdo* encontramos 102, entretanto, nenhum dos trabalhos, relacionava de forma evidente ensino profissional e professores surdos.

No Banco de Teses da CAPES houve, em março de 2019, 190.492 resultados para a busca com descritor *ensino profissional*. Ao refinarmos a busca com o termo *professores surdos*, encontramos 201.818 resultados. Porém, sem ferramentas para busca avançada não foi possível identificar evidências de trabalhos envolvendo o objeto de investigação desta pesquisa.

Na Scientific Electronic Library Online (SciELO) buscamos pelo termo ensino profissional que resultou em sete artigos, sem relação com nosso objeto. A busca apontou a existência do termo ensino profissional, mas os seis trabalhos encontrados também não diziam referenciava professores surdos.

Portanto, mesmo que consideremos rápida, inábil ou insuficiente nossa busca por outras pesquisas no tema que propomos, podemos supor que há poucos dados sobre a atuação de professores surdos no Ensino Profissional. É possível conjecturar que tal fenômeno tenha acontecido majoritariamente no INES. Nesse cenário, levantar dados sobre a atuação dos professores surdos no ensino profissional oferecido pelo Instituto de surdos brasileiro é tanto pertinente quanto necessário.

#### **4. REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

Da segregação provocada pelo entendimento de que seriam anormais, até a defesa por uma educação no qual possam ser incluídos na sociedade, os debates em torno da educação das pessoas surdas acumulam concepções as quais constituem as referências

iniciais desta proposta. Na atualidade, os movimentos sociais surdos, lideranças das entidades representativas (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos-FENEIS, associações de surdos) e alguns pesquisadores militantes, defendem que a educação de surdos não deve se inserir na perspectiva da educação especial, pois esta se fundamentaria numa visão dos surdos como deficientes; modos de vê-los marcados por uma doença ou anomalia. Esses movimentos reivindicam a inclusão da sua pauta nas políticas públicas voltadas para as minorias culturais. Esses movimentos entendem que constituem uma minoria linguística e como outros grupos, por exemplo, as diversas nações indígenas, organizam culturas e identidades próprias.

Somos uma minoria linguística na luta pela preservação da língua de sinais e sua instituição como língua de instrução em nossa educação; não queremos a educação inclusiva como é preconizada, e muito menos a educação especial, queremos uma educação linguística, uma política linguística traçada pelo nosso “ser surdo”. Tanto que lutamos para que fosse criado um Grupo de Trabalho no Ministério da Educação em que a Feneis tivesse a representação maior para traçar metas e recomendações para a realização da Política Linguística. Enfatizamos, neste GT<sup>6</sup>, a desvinculação da educação linguística de surdos da educação especial, por não vermos sentido que sejamos alocados e programados pela Diretoria de Políticas da Educação Especial, pois esse historicismo tem rendido à nossa educação a imposição de uma política de educação inclusiva que ora aloca os alunos surdos em escolas comuns com Atendimento Educacional Especializado, entendido como oferta educacional esporádica e fragmentada, no contraturno da aula, realizada durante poucas horas por semana, sem atender a nossa necessidade de uma Identidade Linguística da Comunidade Surda (Campello & Rezende, 2014, p.88).

Defendendo uma abordagem multicultural, Kelman (2012) afirma que na educação - e nela, na prática escolar - é necessária a construção de espaços democráticos que ofereçam oportunidades iguais, atendendo às diferenças dos alunos; adequar a escola para todos os alunos. No âmbito da educação de surdos, precisamos eliminar o viés patologizador e incapacitante. As escolas precisam se adaptar aos alunos surdos e seus diferentes perfis culturais. Os sistemas públicos educacionais devem assumir o

---

<sup>6</sup> Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Adriana da Silva Thoma; Ana Regina e Souza Campello; Carolina Ferreira Pêgo; Enilde Leite de Jesus Faulstich; Gladis Teresinha Taschetto Perlin; Janaína Thaines Moreira; José Nilton de Souza Filho; Marianne Rossi Stumpf; Marlene de Oliveira Gotti; Nídia Regina Limeira de Sá; Patrícia Luiza Ferreira Rezende; Regina Maria de Souza; Ronice Muller de Quadros; Rosana Cipriano; Shirley Vilhalva; Solange Rocha; Vera Lúcia Gomes Carbonari; Colaboradores: Cynthia Braga Silva; Letícia Regiane da Silva Tobar; Maria Cristina Viana Laguna; Paulo André Martins; Sandra Patrícia F. do Nascimento; Valdo Ribeiro da Nóbrega; Wilma Favorito.

Disponível em: [file:///C:/Users/Part/Downloads/Relat%C3%B3rioMEC\\_SECADI.pdf](file:///C:/Users/Part/Downloads/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI.pdf). Acessado em: 19 jun. 2016.

compromisso de se tornarem mais eficazes oferecendo a Libras desde a educação infantil, introduzindo aos poucos o ensino da Língua Portuguesa. Os sistemas de ensino devem orientar as escolas à construção de um projeto político e pedagógico o qual reflita as realidades do entorno, o que possibilitaria atender ao perfil cultural dos alunos. Caso assim fosse, o currículo poderia ser desenhado para refletir essas diversidades culturais.

A importância da língua na formação de identidades e no desenvolvimento cognitivo é igualmente afirmada no campo da Psicologia Histórico-Cultural, o qual constitui nosso fundamento epistemológico. Neste acredita-se que o desenvolvimento cognitivo é determinado “pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança” (Vigotski, 2005, p. 62). Por meio da aprendizagem, desenvolvemos as capacidades e características que nos diferem dos outros animais. O ensino realizado na escola é a organização dos conhecimentos acumulados pelos homens que deve ser apropriado pelas gerações. Portanto, o ensino, dentre os quais o escolar, deve possibilitar a aprendizagem que provoca o desenvolvimento do ser social produtor de conhecimento. A escola deve comprometer-se com este desenvolvimento ocupando-se das interações sociais (Monteiro, 1998).

Pesquisando a surdez, Vigotski (1983) já afirmava que essa não era uma doença. O maior transtorno causado ao pleno desenvolvimento da pessoa surda não é a deficiência sensorial, mas uma falta significativa de comunicação com o ambiente. Os sistemas escolares devem superar essa falta social. Para tanto é preciso adaptar conteúdo, currículo e métodos de trabalho, atendendo às necessidades dos alunos e assim ajudá-los a se desenvolverem plenamente (Freitas, 1998). O mesmo princípio aparece na Declaração de Salamanca (1994) que introduziu a perspectiva inclusiva na educação especial.

A língua de sinais é fundamental para a cognição da pessoa surda. Envolvido por própria escolha com a educação de surdos, Vigotski notou que a oralização não contribuía para o desenvolvimento e formação das crianças surdas. A internalização da experiência social não acontecia conforme se esperava. Propôs em 1931, uma reorganização da educação de surdos russa considerando que para desenvolver a linguagem as crianças surdas deveriam aprender a mímica – modo como denominavam a língua de sinais – e a língua escrita, ou seja, na perspectiva da poliglossia, dominar diferentes formas de linguagem (Vigotski, 1983).

Todavia, até a metade do Século XX, era considerada uma pantomima ou código gestual (Sacks, 1998). Em 1960, o linguista William Stokoe publicou o livro *Sign language structure* no qual afirmou que as línguas de sinais são sistemas linguísticos legítimos com sintaxe, léxico e capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (Quadros; Karnopp, 2004). Segundo Freitas (1998) Bakhtin também afirmou que a língua de sinais deve ser o ponto de partida para a introdução do ensino da língua falada pelos ouvintes. Penetrando numa “corrente de comunicação da língua” (1998 apud Freitas, 1998, p.101) por meio da língua de sinais a criança adquire a língua do seu país como se fosse estrangeira. Estudos apontam que os professores de surdos devem ter formação na língua de sinais e serem bilíngues. Outros afirmam que a condição para assumir tal atuação é ter a surdez como um dos traços identitários. Nesta pesquisa a Libras é entendida como “um marcador cultural, identitário e político, sendo uma das formas mais expressivas das culturas surdas” (Batista & Canen, 2012, p.27).

Diferentes pesquisas publicadas afirmam que a subjetividade dos professores surdos marcada pela visualidade e pelo aspecto viso-gestual da Libras inscreve a possibilidade de construção de outros saberes e fazeres docentes (Leite, 2004; Gesser, 2006; Reis, 2006; Miranda, 2007; Terra, 2011; Gianini, 2012; Almeida, 2012; Pinheiro, 2012; Albres, 2013; Oliveira, 2014; Carvalho, 2015).

Reis (2007) ressalta que a maioria dos surdos inicia seu contato com o mundo através dos ouvintes. Por isso, ter a língua de sinais no início do desenvolvimento cognitivo com um professor surdo seria uma possibilidade de construir uma identidade surda. Propõe diferenciar identificação de modelização identitária. No senso comum, os professores surdos teriam uma identidade fixa. Ainda segundo a autora, essa perspectiva do modelo ignora ou simplifica a história de vida desses a qual o aluno deveria passivamente copiar. Afirmou que o conceito de identificação possibilita compreender o professor surdo como ser o qual assume distintas posições na sociedade, diferentes identidades e desloca o aluno que, apesar de ser surdo, é diferente.

Martins (2010) realizou uma investigação sobre a sua prática de ensino com o objetivo de contribuir com os estudos sobre a atuação do professor surdo no processo de ensino-aprendizagem de crianças surdas e revelar a aquisição e desenvolvimento da linguagem, uso e vivência da Libras, construção de conceitos, aprendizagem de segunda língua com ressignificações relacionadas ao letramento. Segundo a autora, o professor

surdo possui vivências e experiências comuns às trazidas pelas crianças surdas, por isso pode refletir sobre as diferenças, captar as histórias de vida que se apresentam e se comunicam com outras histórias (surdas e ouvintes), compartilhar “marcas inerentes à singularidade da surdez, colaborando com a construção do seu processo identitário como docente surdo” (p.49). O professor surdo integra uma nova identidade docente relacionada à construção de um novo fazer didático, novas estratégias de formação que configuram a possibilidade de uma Pedagogia Surda.

Sobre a Pedagogia voltada para as diferenças dos surdos, Rangel & Stumpf (2012) sintetizam algumas análises e ações realizadas pelos movimentos de resistência dos surdos. Descrevem as deficiências dos modelos escolares atuais, bem como o atual momento de formação de professores surdos e a sua importância. Acerca dos professores surdos as autoras destacaram que: ainda há resistências para contratá-los em escolas de surdos; a maioria segue a metodologia dos professores ouvintes; alguns se sentem incapazes diante das exigências das escolas; alguns alunos surdos não confiam nas suas capacidades; as faculdades de pedagogia nas quais se formaram seguem modelo ouvinte conferindo caráter homogeneizador nesta formação; praticamente não existe esse perfil docente e são raros os educadores surdos que se consideram capazes de determinar os rumos da educação de surdos; alguns permanecem em sala devido a sua persistência e consideram que a formação é inadequada ou insatisfatória para realizar sua prática docente; sentem-se desconsiderados pelos outros educadores.

Avaliamos que os debates acima descritos se adequam aos resultados apresentados na tese *Professores surdos na Casa dos Surdos: “Demorou muito, mas voltaram”*. Referimo-nos aos professores do INES, em geral seus egressos.

Nossa intenção é desenvolver uma pesquisa na qual o principal objeto são os surdos como professores do Instituto no ensino profissional; compreender como foi sua atuação. Procuraremos indícios sobre os saberes e fazeres que organizaram para ensinar aos pares uma profissão.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesta seção descrevemos o tipo de pesquisa, esclareceremos quanto à participação de sujeitos, detalharemos os procedimentos. Indicaremos os recursos necessários ao

desenvolvimento da pesquisa, os critérios para suspender ou cancelar a pesquisa e o cronograma.

### **5.1 DESCRIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA**

Esta proposta será ancorada na pesquisa qualitativa com abordagem histórico-cultural de Vigotski, Luria e Leontiev. Esses analisaram a formação humana na relação entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo como um ser social (Saviani & Duarte, 2012).

A proposta está delineada como pesquisa documental e bibliográfica indispensáveis aos estudos que envolvem aspectos históricos (Gil, 2009), visando ao conhecimento amplo e detalhado do objeto (Ivenicki & Canen, 2016).

Para tentar alcançar o objetivo geral, ou seja, levantar dados sobre a atuação dos professores surdos no ensino profissional oferecido pelo INES realizaremos pesquisa documental e bibliográfica.

Assim sendo, estão previstos os seguintes procedimentos:

- Para identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES realizaremos pesquisa documental e bibliográfica;
- Para localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional do INES será efetuada pesquisa no acervo do Instituto e em acervos físicos e digitais de instituições e órgãos públicos relacionados ao INES e/ou com o ensino profissional;
- Para buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do INES será realizada pesquisa no acervo do Instituto e em acervos físicos e digitais de instituições e órgãos públicos relacionados com o INES e/ou com o ensino profissional;
- Para identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores será utilizado levantamento de dados na rede internacional de computadores;
- Para revisar sistematicamente a literatura (Mutão & Lodi, 2018) sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional será realizada pesquisa bibliográfica nos acervos das instituições de ensino superior e dos institutos técnicos e tecnológicos.

## **5.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO/AMOSTRA, NÚMERO DE SUJEITOS DA PESQUISA NO LOCAL E GLOBAL**

Como a pesquisa está delineada como investigação documental e bibliográfica não provocaremos a participação de sujeitos. Por este motivo não esclarecemos os critérios de inclusão e exclusão relativos a sujeitos, nem procedimentos que envolveriam diretamente a participação dos mesmos na pesquisa, tão pouco a análise crítica dos riscos a sujeitos e suas conseqüentes medidas de proteção ou minimização.

## **5.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

Uma vez que não haverá aplicação de procedimentos envolvendo sujeitos na pesquisa, consideramos pertinente explicitar os critérios de inclusão e exclusão de bancos de dados e de resultados encontrados.

Para alcançarmos o objeto da pesquisa, os bancos de dados, bem como acervos devem se referir, necessariamente a professores surdos no ensino profissional. Interessamos de forma direta os professores surdos do ensino profissional do INES, mas incluiremos informações sobre esse perfil presente nas redes pública e privada, caso sejam localizados.

Se encontrarmos dados referentes a professores de surdos no ensino profissional os armazenaremos. Acreditamos que informações deste tipo podem interessar aos pesquisadores da Educação de Surdos e do Ensino Profissional.

#### 5.4 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS PROCEDIMENTOS

Os procedimentos previstos obedecem à sequência abaixo, incluindo a atuação dos alunos em iniciação científica, ou seja, seus planos de trabalho, explicitados nos subitens a seguir.

<b>Procedimento</b>	<b>Responsável</b>
Estudar o projeto de pesquisa, aprofundando as referências teóricas e os procedimentos de pesquisa.	Pesquisadora e alunos
Elaborar instrumentos para registrar os dados levantados (pesquisador)	Pesquisadora
Elaborar instrumentos de avaliação e registro das atividades dos alunos bolsistas	Pesquisadora
Solicitar autorização para realizar pesquisa documental e bibliográfica no acervo do INES	Pesquisadora
Localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional do INES	Pesquisadora e alunos
Buscar dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante nas bases identificadas	Alunos
Registrar os dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante localizados	Alunos
Pesquisar nos acervos digitais das instituições de ensino superior e dos institutos técnicos e tecnológicos artigos, trabalhos de conclusão de curso que abordem a atuação de surdos como professores no ensino profissional	Alunos
Avaliar os dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante das bases identificadas	Pesquisadora e alunos
Avaliar a realização dos procedimentos de pesquisa	Pesquisadora e alunos
Elaborar relatório de atividades	Pesquisadora e alunos
Divulgar dados parciais e finais da pesquisa em eventos científicos	Pesquisadora e alunos
Elaborar relatório final de pesquisa	Pesquisadora e alunos



### 5.7.1 PLANO DE TRABALHO DE ALUNO ORIENTANDO 1

Atividade	Meses										
	04	05	06	07	08	09	10	11	12	01/20	02/20
Estudo dos textos sobre o tema ensino profissional e pesquisa científica	x	x	x	x							
Pesquisa no acervo do INES			x	x	x						
Localizar bancos de dados		x	x	x	x						
Pesquisar acervos digitais das IES e instituto técnicos e tecnológicos		x	x	x	x	x					
Buscar dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante nas bases identificadas		x	x	x	x	x					
Avaliar os dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante das bases identificadas		x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Relato das atividades	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação em eventos científicos				x	x	x	x	x	x	x	x
Elaboração do relatório final										x	x

### 5.7.2 PLANO DE TRABALHO DE ALUNO ORIENTANDO 2

Atividade	Meses										
	04	05	06	07	08	09	10	11	12	01/20	02/20
Estudo dos textos sobre o tema ensino profissional e pesquisa científica	x	x	x	x							
Pesquisa no acervo do INES			x	x	x						
Localizar bancos de dados		x	x	x	x						
Pesquisar acervos digitais das IES e instituto técnicos e tecnológicos		x	x	x	x	x					
Buscar dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante nas bases identificadas		x	x	x	x	x					
Avaliar os dados sobre professores surdos no ensino profissionalizante das bases identificadas		x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Relato das atividades	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação em eventos científicos				x	x	x	x	x	x	x	x
Elaboração do relatório final										x	x

De acordo com o andamento da pesquisa, avaliaremos a necessidade de diferenciar as atividades dos bolsistas. Tal modificação será implementada considerando que não

acarrete em prejuízos para a formação em pesquisa e para a organização do trabalho dos membros da pesquisa, observando os compromissos que o bolsista e a orientadora assumirão perante o edital.

## **6. ANÁLISE CRÍTICA DOS BENEFÍCIOS DA PESQUISA**

Esta pesquisa é benéfica para o campo porque pretende investigar a atuação de professores surdos no ensino profissionalizante do INES. Notamos que são escassas as pesquisas voltadas para esta temática.

## **7. PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES**

Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo físico e digital, sob sua guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 05 (cinco) anos após o término da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- A educação que nós surdos queremos*. Documento elaborado pela comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, Porto Alegre/RS, Salão de Atos da Reitoria da UFRGS, 20 a 24 de abril de 1999.
- ALBRES, N. de A. *Relações dialógicas entre professores surdos sobre o ensino de Libras*. Tese (doutorado) Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- ALMEIDA, J.J.F. de. *Libras na formação de professores: percepções dos alunos e da professora*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) UEL, 2012.
- BATISTA, A. C.; CANEN, A. Multiculturalismo e o campo da surdez: dialogando acerca das identidades e culturas das pessoas surdas. *Espaço*, Rio de Janeiro, n. 38, jul/dez 2012, 19-29 pp.
- BERTHIER, F. *Les sourds-muets, avant et depuis l'abbé de l'Épée*. Paris: Ledoyen, 1840.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão de 1835, Tomo Segundo. Sessão de 29 de agosto de 1835.
- CAMPELLO, A.R. e S. *Aspectos da visualidade na Educação de Surdos*. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR.

CARVALHO, V.F. *Avaliação dos acadêmicos ouvintes e professores surdos na UFSC na disciplina de Libras como L2*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

COSTA, M.A.F. da; COSTA, M. de F. B. da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CUNHA JUNIOR, E.P. da O embate em torno das políticas educacionais para surdos: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE In: *Conferência Mundial sobre NEE*. Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

DURR, C. & DURR, P. The chain of remembered gratitude: the heritage and history of the Deaf-World in the United States. In: \_\_\_\_\_. The heart of deaf culture: literary and artistic expressions of deafhood, 2012, p. 1-23.

FREITAS, G. de M. Singularidades entrelaçadas: os cursos de formação/especialização de professores de deficientes auditivos - Brasil e Portugal (1950 1980). 2016. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FREITAS, G. de M. *A construção de um projeto de educação bilíngue para surdos no Colégio de Aplicação do INES na década de 1990: o início de uma nova história?* Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) UFRJ, 2012.

FREITAS, M.T. de A. Desenvolvimento da linguagem: diferentes perspectivas de um tema vygotskiano. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Vygotsky um século depois*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1998.

GARIGLIO, J.Â.; BURNIER, S.L. Os professores da educação profissional: saberes e práticas. *Cadernos de Pesquisa*, v.44, n.154, p. 934-959, out./dez. 2014.

GESSER, A. *"Um olho no professor surdo e outro na caneta"*: ouvintes aprendendo a língua de sinais. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística) Unicamp, 2006.

- GIANINI, E. *A Formação de professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) UFRN, 2012.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2009.
- IVENICKI, A. & CANEN, A. G. *Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.
- KELMAN, C.A. Multiculturalismo e surdez: respeito às culturas minoritárias. In: LODI, A. C. B. et al. *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- LAGUNA, M.C.V. *Moralidade, idoneidade e convivência: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade*. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LEITE, T.R. *Notícia do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro pelo seu Diretor Tobias Leite*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E & H Laemmert, 1877.
- LEITE, T. de A. *O ensino de segunda língua com foco no professor: história oral de professores surdos de Língua de Sinais Brasileiras*. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana) USP, 2004.
- MACHADO, L.R. de S. *Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional*. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, jun. 2008.
- MACHADO, P.C. *Diferença cultural e educação bilíngue: as narrativas dos professores surdos sobre questões curriculares*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) UFSC, 2009.
- MARTINS, M.A.L. *Relação professor surdo/alunos surdos em sala de aula: análise das práticas bilíngues e suas problematizações*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). UNIMEP, 2010.
- MIRANDA, W. de O. *A experiência e a pedagogia que nós surdos queremos*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) UFRGS, 2007.

- MONTEIRO, A.M.F. da C. Professores: entre saberes e práticas. *Educação & Sociedade*, Ano XXII, n.74, p.121-142, abr. 2001.
- MONTEIRO, M. da S. A educação especial na perspectiva de Vygotsky. In: FREITAS, M.T. de A. (org.). *Vygotsky um século depois*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1998.
- MUTÃO, M.D.R.; A.C.B. LODI. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Número Especial, 2018: 49-56. 2018.
- OLIVEIRA, S.R.N. de. *Educação e formação de professores surdos: contextos, inserções, dilemas e desafios*. Tese (Doutorado) Fundação Getúlio Vargas, 2014.
- OVIDO, A. Ferdinand Berthier (1803-1886). Disponível em: <http://www.cultura-sorda.org/ferdinand-berthier/>
- PINHEIRO, K.L. Práticas pedagógicas bilíngues para crianças do Instituto Cearense de Educação de Surdos. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- QUARTARARO, A.T. The Life and Times of the French Deaf Leader, Ferdinand Berthier: An Analysis of His Early Career. *Sign Language Studies*, v. 2, n.2, p. 182-196, Winter 2002, (Article) Published by Gallaudet University Press DOI:  
For additional information about this article Access provided by UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sls.2002.00072002>. Acessado em 19 Jun. 2017.
- RANGEL, G.M.M.; STUMPF, M.R. A pedagogia da diferença para o surdo. In: LODI, A.C.B. et al. *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- REIS, F. Professores surdos: identificação ou modelo? In: PERLIN, G.; QUADROS, R.M. (Orgs.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
- REIS, F. *Professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) UFSC, 2006.
- RIBEIRO, A. O Instituto Nacional de Surdos Mudos. Separata da Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, ano V, v.4, n.2, p. 52-76, nov. 1942.
- ROCHA, S. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: INES, 2007.
- ROCHA, S. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de*

Educação de Surdos (1856/1961). Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação), PUC-RJ, 2009.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAVIANI, D; DUARTE, N. *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SHULMAN, L.S. Knowledge and Teaching Foundations of the New Reform. *Harvard Educational Review*, v.57, n.1, p. 01-22, 1987. (Copyright by the President and Fellows of Harvard College). Tradução Leda Beck e revisão técnica de Paula Louzano. *Conhecimento e ensino: fundamentos para uma nova reforma*. Cadernos Cenpec. São Paulo, v.4, p. 196-229, dez. 2014.

STINCKWICH, M.B. *L'Institut National de Jeunes Sourds de Paris*. Paris: 2006. Disponível em: <http://www.injs-paris.fr/page/lhistorique>.

STROBEL, K.L. *Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História*. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TERRA, C.L. *O processo de constituição das identidades surdas em uma escola especial para surdos sob a ótica das três ecologias*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental) UFRG, 2011.

VIEIRA, A.M.D.P.; SOUZA JUNIOR, A. de. A Educação Profissional no Brasil. *Interações*, n.40, p. 152-169, 2016.

VIGOTSKI, L.S. *Fundamentos de Defectologia*. Havana, Cuba: Pueblo Y Educacion, 1983.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.